



**A ampliação do
processo da
participação popular
na definição das
políticas públicas:
grandes mudanças na
relação entre Estado e
sociedade civil**

Por Vânia Campos
Gerente Geral de Profissionalização da Gestão
Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco

Ao longo dos anos, a ideia de que processos participativos com consultas e auscultas à sociedade poderiam funcionar como entraves contra o crescimento econômico, pois demandariam longos e demorados processos de negociação entre o poder público e a sociedade, foi perdendo força para a percepção de que a participação poderia ser importante na sustentação das políticas públicas elaboradas, dando-lhe a necessária sustentabilidade e legitimidade para sua plena implementação (Nogueira, 2004).

As experiências de participação têm mostrado que é possível estabelecer canais de aproximação entre Estado e sociedade, introduzindo novas dinâmicas na relação entre ambos, alterando os procedimentos de planejamento local e inserindo no processo um novo ator, a sociedade civil.

Buarque (2002) define o planejamento participativo como sendo um processo de tomadas de decisões com o envolvimento dos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade, vale dizer, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus múltiplos interesses e visões de mundo. Trata-se de implementar e assegurar um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento local, envolvendo,

portanto, todos os segmentos da sociedade, desde a compreensão e o conhecimento da realidade até a definição e a implementação das ações prioritárias.

A ampliação do processo da participação popular na definição das políticas públicas vem apresentando grandes mudanças na relação entre Estado e sociedade civil, que dentre outras vai muito além de um mero controle social, refletindo principalmente a busca pela ampliação da participação popular nas definições de políticas públicas, não apenas na fiscalização e controle, mas também no seu planejamento e elaboração.

Dentro do referido contexto, algumas experiências estão em andamento no país e vem provocando debates sobre essa metodologia e a perspectiva dos seus resultados, reforçando que a importância da participação e ausculta da sociedade está no fato de que a participação popular se faz no momento do planejamento, elaboração e definição de prioridades.

Embora experiências de participação popular, até com algum grau de empoderamento no processo decisório, já tenham sido realizadas é importante destacar que um modelo efetivo e eficaz, deve assumir um caráter diferenciado permitindo que a população demonstre suas ideias e contribuições e não apenas priorizasse uma lista predefinida de projetos, alternativa que pode gerar beneficiamento de determinadas localidades ou grupos com maior poder de articulação.

Com a implantação e o fortalecimento de modelos de ausculta a população, cada vez mais chega - se à conclusão que os diálogos com a sociedade reforçam um princípio básico de modelos de gestão de sucesso: a necessidade de fortalecer a capacidade de compreensão do contexto institucional de atuação do Estado, a partir da identificação de expectativas dos diversos atores envolvidos. Este diálogo se faz através de um Programa de Governo e da realização de modelos, visando aumentar a participação da sociedade e gerando maior legitimidade das ações de Governo.

Dessa forma, o interesse pelo tema é fundamental para que novos modelos de gestão enfatizem a participação popular na elaboração e construção coletiva de políticas públicas, visando uma consolidação do planejamento participativo na esfera pública.